

O Patrimônio Cultural preservado pelo IPHAN no Rio Grande do Norte e o papel de Oswaldo Câmara de Souza

Almir Félix Batista de Oliveira¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivos apreender, analisar e discutir o papel desempenhado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na definição, escolha e preservação dos patrimônios culturais norte-rio-grandense. Para tanto, realizamos uma análise do trabalho (teórico e prático) desenvolvido por Oswaldo Câmara de Souza a partir de sua obra intitulada “Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte”, privilegiando a metodologia analítica. Esses patrimônios, incluídos no rol de exemplos e representantes da identidade brasileira e potiguar, além de locais e eventos privilegiados para o turismo na região, vão desde monumentos arquitetônicos (a exemplo do tombamento do Forte dos Reis Magos e da Pinacoteca do Estado), passando pelo patrimônio arqueológico (como os diversos sítios inscritos e conservados) e chegando ao patrimônio imaterial (a exemplo do registro da Festa de Sant’Ana na cidade de Caicó).

Palavras-Chave: IPHAN; Oswaldo Câmara de Sousa; Patrimônio Cultural Potiguar; Preservação e Proteção.

¹ DETUR/PPGTUR/UFRN

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

The IPHAN's Cultural Heritage in Rio Grande do Norte and Oswaldo Câmara de Souza

Abstract: This paper aims to understand, analyze and discuss the role played by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) in defining, choosing and preserving the cultural heritage of Rio Grande do Norte. To this end, we carried out an analysis of the work (theoretical and practical) developed by Oswaldo Câmara de Souza based on his book entitled “Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte”, privileging the analytical methodology. These heritage sites, included in the list of examples and representatives of the Brazilian and Potiguar identity, in addition to privileged places and events for tourism in the region, range from architectural monuments (for example, the listing of Forte dos Reis Magos and the Pinacoteca do Estado), archaeological heritage (such as the various inscribed and preserved sites) and reaching intangible heritage (such as the record of the Festa de Sant'Ana in the city of Caicó).

Key words: IPHAN; Oswaldo Câmara de Sousa; Potiguar Cultural Heritage; Preservation and Protection.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Introdução:

O ano é 2016. Michel Temer, na condição de vice-presidente do Brasil e em decorrência da instalação do processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, autorizado pela Câmara dos Deputados, assume temporariamente a presidência da República do Brasil. Mesmo sob protestos em várias capitais brasileiras, uma de suas primeiras medidas foi a extinção do Ministério da Cultura (autônomo) e a transformação deste em uma secretaria constituinte da estrutura do novo Ministério da Educação e Cultura. Necessitava-se de cortar gastos e, para isso, era preciso reduzir o número de ministérios: essa foi a justificativa. Como é sabido esse ministério como órgão do governo federal, tinha por responsabilidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades culturais pelo país promovidas sob patrocínio ou apoio do estado brasileiro, além de também ser o responsável pela proteção/preservação do patrimônio histórico brasileiro, através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, entre outras funções.

Agora estamos 1937, ano da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo então Presidente Getúlio Vargas, órgão que fazia parte do Ministério da Educação e Saúde (MES) e que fora criado por meio do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro daquele mesmo ano. Iniciava-se assim oficialmente a luta pela proteção e preservação do patrimônio cultural em nosso país. Desde então, ela tem sido feita, pode-se afirmar, por “atos heroicos”, pela insistência de técnicos e intelectuais,

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

principalmente devido à falta de condições técnicas e financeiras e a percalços como os de 2016. Trabalho e política, portanto, marcados por avanços, como aqueles relacionados ao patrimônio cultural imaterial, mas também infelizmente marcados por muitos retrocessos.

Em seus mais de 80 anos, o IPHAN atuou primeiramente por meio de sua antiga sede no prédio do antigo MES, localizado na cidade do Rio de Janeiro, à época, capital do país. Com a transferência da capital para Brasília, transferiu-se também a sede do órgão. A nível local, o IPHAN atuava mediante unidades ou escritórios também conhecidos como superintendências a exemplo da existente no Rio Grande do Norte, a qual respondia à do Ceará até a completa descentralização das ações que estabeleceu uma superintendência por estado da federação!

O trabalho feito nessas unidades e escritórios era feito por abnegados intelectuais e técnicos que desempenhavam as funções de quase toda uma equipe técnica ou que recebia apoio de alguns poucos funcionários na condução dessas unidades. Nesse sentido, o exemplo de Oswaldo Câmara de Souza à frente do escritório do instituto no Rio Grande do Norte é representativo dessa situação. Oswaldo assumiu os trabalhos do IPHAN no RN em 1961 e lá permaneceu até a sua aposentadoria em 1974. Ou seja, ele dedicou mais de uma década à seleção, proteção e preservação do patrimônio cultural norte-rio-grandense. Além disso, realizou inúmeras pesquisas sobre os mais diversos patrimônios, tais como: monumentos (arquitetura militar, civil e religiosa), arte sacra, sítios

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

arqueológicos, material iconográfico; baseando assim vários tombamentos realizados pela instituição em solo potiguar.

O presente artigo tem por objetivos apreender, analisar e discutir o papel desempenhado pelo IPHAN na definição, escolha e preservação do patrimônio cultural norte-rio-grandense. Para isso, a obra “Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte”, desenvolvida por Oswaldo Câmara de Souza, foi objeto de leitura e de análise.

Preservação do patrimônio cultural: preservar é preciso

Em 1985, por intermédio do decreto nº 91.144 de 15 de março, o então Presidente José Sarney criou o Ministério da Cultura (MinC). Após três décadas sobre controle do Ministério da Educação e Cultura, pela primeira vez o país contava com um órgão federal para tratar das questões culturais da nação. Entre as atribuições desse novo ministério, estava a preocupação, por meio do IPHAN, com patrimônio cultural nacional. Entre as realizações desse período, gostaríamos de destacar o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa feito a partir do Convênio Brasil/Espanha que contava com a participação do Ministério da Cultura do Brasil/IPHAN, do Ministério dos Assuntos Exteriores da Espanha, da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), do Governo do Estado da Paraíba e da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Tal Projeto, além de diversas restaurações (contando inclusive com recursos

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

financeiros oriundos da Espanha), promoveu a criação da Oficina-Escola de Restauração e Revitalização de João Pessoaⁱⁱ.



Figura 01 – Logomarcas das Instituições participantes do projeto/convênio.
Fonte: Acervo Pessoal do Autor

Figura 02 – Fábrica de Vinho Tito Silva – Atual Sede da Oficina Escola de João Pessoa
Fonte: Acervo Pessoal do Autor



Figura 03 – Hotel Globo – Primeira Restauração Realizada pela Oficina Escola de João Pessoa
Fonte: Acervo Pessoal do Autor

Figura 04 – Casarão de Azulejos – Outra Obra de Restauração Realizada pela Oficina Escola de João Pessoa
Fonte: Acervo Pessoal do Autor

Figura 05 – Coreto da Praça Venâncio Neiva – Outra Obra de Restauração Realizada pela Oficina Escola de João Pessoa
Fonte: Acervo Pessoal do Autor

No início da década de 1990, com a eleição no ano anterior do Presidente Fernando Collor de Mello, o Ministério da Cultura foi rebaixado à

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

condição de Secretaria da Cultura, ligada diretamente à Presidência da República e o IPHAN, transformado no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Essa situação só foi alterada com a Lei 8.490 de 19 de novembro de 1992 após o impeachment de Collor e a constituição do governo do Presidente Itamar Franco. Em 1999, no segundo mandato do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os recursos do Ministério foram ampliados e sua estrutura foi reorganizada conforme a lei nº 9.649 aprovada em 27 de maio de 1998. Com essas mudanças, o MinC passou a ter um importante papel de incentivador e patrocinador de diversos projetos culturais pelo país.

Em 2003, logo no início do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Ministério foi reestruturado por meio do Decreto nº 4.805, o qual o dotou de uma estrutura mais ágil e menos burocratizada. Isso significou também a redefinição de seu papel no tocante ao patrocínio de uma diversidade de grupos e de manifestações culturais antes sem amparo da iniciativa privada e muito menos respaldo do Estado brasileiro. O órgão também incentivou conferências estaduais de cultura e a conferência nacional com o objetivo de definir uma política cultural para o país (concretizada no Plano Nacional de Cultura – PNC) que atendesse à pluralidade e à diversidade, além de levar em conta o tamanho continental do Brasil e a sua produção cultural. Outra proposta foi a possibilidade de ampliação do orçamento para atender às demandas da comunidade artística. O período dos dois Governos Lula pode ser

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

considerado como um de avanço no Ministério da Cultura, principalmente devido à utilização de um ampliado conceito de cultura, mas também devido à ampliação do escopo das ações do MinC, bem como à ideia de cultura viva introduzida em suas ações e políticas.

Após os Governos Lula, seguiu-se o da Presidenta Dilma Vana Rousseff que, apesar da criação da Secretaria de Economia Criativa, do direcionamento do Ministério para o mercado e as linguagens artísticas e da finalização das metas do PNC, realizadas na gestão da ministra Ana de Hollanda (2011-2012), teve problemas principalmente devido à demora e à falta de critério objetivo para a escolha do titular da pasta e à polêmica da revisão da Lei de Direitos Autorais. Em um segundo momento, na gestão Marta Suplicy (2012-2014), mesmo a ministra desconhecendo a dinâmica da área e a forma como os projetos vinham sendo desenvolvidos e priorizando ações de curto prazo buscando resultados mais rápidos e de franca visibilidade, ainda se observa o aumento de investimento na área da economia criativa, como, por exemplo, com a criação da “Incubadora Brasil Criativo”, a reaproximação da cultura com a educação, a exemplo do Programa “Mais Educação, Mais Cultura nas Escolas”, e a aprovação do Sistema Nacional de Cultura e da Lei Cultura Viva pelo Congresso Nacional.

Com o início do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer, vice-presidente que assumiu o governo temporariamente, baixou a Medida Provisória (MP) nº 726 de 12 de maio de

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

2016 que extinguiu o Ministério da Cultura. Essa MP foi muito criticada pela classe artística e por militantes da cultura que passaram do discurso à ação e, no mesmo mês, ocuparam algumas sedes do órgão a exemplo do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, dos prédios da Funarte em Belo Horizonte, Brasília e São Paulo e das sedes do IPHAN e do próprio Ministério, promovendo debates sobre a importância da manutenção do órgão e uma programação cultural. Mesmo com a nomeação de um secretário e com a mudança do *status* do indicado, as manifestações contra o rebaixamento do Ministério continuaram e, depois de ouvir artistas, o presidente interino reverteu a extinção e devolveu à cultura o *status* de ministério por meio da MP nº 728 de 23 de maio. Desse processo, ficou patente que a cultura não seria uma prioridade para o PMDB e seus aliados.

Logo após a eleição de Jair Messias Bolsonaro e antes mesmo de sua posse, o processo de desmonte do Ministério da Cultura foi colocado em prática já em novembro de 2018 pela equipe de transição (e, vale salientar, não só esse, mas também os dos Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social). Essas três pastas foram alocadas em um novo ministério denominado Ministério da Cidadania. Esse desmonte ocorreu mesmo com uma solicitação feita mediante manifesto assinado por secretários de cultura de dezoito estados pedindo a manutenção do órgão. O processo de desestruturação foi concluído com a MP nº 870

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

assinada em 1º de janeiro de 2019 juntamente à reforma administrativa do governo recém-empossado.

O IPHAN é alocado no Ministério da Cultura desde a criação deste, de modo que sempre se beneficiou nos momentos de bonança e sofreu naqueles de intempérie pelos quais passou o Ministério. Exemplo de momento de bonança foi o período de gestão do economista Celso Furtado quando se criou a primeira legislação de incentivo à cultura no país e promoveu-se o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa entre outras revitalizações realizadas. Momentos de intempéries foram aqueles de modernização neoliberal, nos quais as tradições ou mesmo a preservação do patrimônio histórico-arquitetônico não eram prioridades e deviam ficar no passado. Ainda assim, no período de 1992-2002, mesmo diante da política econômica neoliberalizante, no espectro cultural ocorreu a atualização da legislação de incentivo à cultura, a preocupação com o patrimônio imaterial e com a criação de alguns projetos de restauração e revitalização a exemplo do *Monumenta*.

O mesmo ocorreu entre os anos de 2003-2016, quando se assistiu a uma reestruturação do próprio Ministério, ao aumento de verbas para atender às demandas de grupos e das diversas manifestações culturais com o lançamento de diversos editais, à criação dos Planos Nacionais de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura e, em termos de atuação do IPHAN, à criação do Programa de Aceleração do Crescimento voltado para as Cidades Históricas (PAC das Cidades Históricas), responsável por vários

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

processos de restauração realizados pelo Instituto, e às ações de preservação e registro de uma série de patrimônios culturais imateriais brasileiros e à inclusão de alguns destes (tanto materiais, quanto imateriais) na relação de patrimônio da humanidade. Tem sido assim também nos últimos quatro anos, quando o desmonte do Ministério impactou os diversos órgãos a ele atrelados, como o IPHAN ou o Instituto de Museus Brasileiros (IBRAM), não somente pelo fato de a cultura não ter a mesma importância que em momentos anteriores, mas também devido à criação de polêmicas como as ocorridas por conta das indicações realizadas para a direção dos Institutos e, em nosso caso específico, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacionalⁱⁱⁱ.

A proteção do patrimônio cultural no Brasil: um pouco de história

A criação do SPHAN em 1937 foi fruto de reivindicações de décadas anteriores. Mesmo isoladamente já se faziam ecos às solicitações de, senão uma instituição, ao menos uma política que protegesse o patrimônio histórico-cultural em rápida destruição. Quantos exemplares da cultura nacional não já se haviam perdido por conta da negligência do Estado? Era uma reivindicação dos modernistas, a exemplo de Mario de Andrade e Oswald de Andrade. Era uma reivindicação de nacionalistas, a exemplo de Gustavo Barroso, bem como de regionalistas como Gilberto Freyre e Luiz da Câmara Cascudo.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Intencionando resolver esse problema, e já em plena organização do Estado Novo, o Governo Vargas, materializado em Gustavo Capanema^{iv}, seu Ministro da Educação e Saúde^v, optou por criar uma instituição. Nessa direção, o ministro solicitou a Mário de Andrade em 1936 a constituição de uma proposta. Ela ficou pronta em curto espaço de tempo, porém, até a assinatura, em 1937, sofreu algumas alterações. O anteprojeto elaborado por Mário criava o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) e definia esse patrimônio da seguinte forma:

[...] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil^{vi}.

Projeto amplo e abrangente, conforme a ideia que o autor tinha sobre o nosso patrimônio, tinha por objetivo: “[...] *determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional*”^{vii}. O modernista Mário de Andrade buscou e acreditou que seria possível com esse projeto abraçar os brasileiros além de encontrar as origens da brasilidade. O anteprojeto criou a formatação do que viria a ser o SPHAN, definiu suas competências e os problemas que deveria resolver, bem como serviu de base para a construção do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, também conhecido como Lei do Tombamento.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Dentre as modificações realizadas no anteprojeto, acrescentou-se o termo histórico, exigência direta do Ministro Capanema, e a nova definição de patrimônio histórico e artístico nacional assim ficou:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico^{viii}.

Dessa forma configurou-se a construção de uma história nacional mediante monumentos históricos nos quais se privilegiava, sem nenhuma sombra de dúvidas, a unidade nacional. Ou seja, que não desse espaço aos regionalismos, haja vista o projeto de Vargas ter sido o de fortalecimento e de estruturação de um Estado burocraticamente centralizado. Dentre as responsabilidades da organização, determinação e do tombamento do que viria a ser considerado patrimônio histórico e artístico, cabia também ao SPHAN a articulação com outras entidades (por exemplo, Igreja, Instituições Científicas etc.) para a conservação e preservação patrimonial.

Para a direção executiva do SPHAN, nomeou-se Rodrigo Melo Franco de Andrade, permanecendo no cargo até 1967 – período mais comumente conhecido como “Fase Heroica” do Instituto, marcada pela falta de recursos, de estrutura e de pessoal especializado e pela quantidade monumental de trabalho a ser realizado. Coube, eficazmente, ao Dr.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Rodrigo, acima de tudo, organizar a atuação do SPHAN. As equipes sob sua coordenação tiveram um enorme trabalho na determinação do patrimônio histórico. Porém, também tiveram, além do trabalho, bastante influência no que era determinado. As equipes eram, na sua maioria, formadas pelos intelectuais modernistas oriundos do “Movimento de 22”. Além do próprio Rodrigo e de Mário de Andrade, contava-se com a participação de intelectuais do porte de Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Drummond de Andrade, entre outros.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, nascido no ano de 1898 na cidade de Belo Horizonte, vindo a falecer em 1969 no Rio de Janeiro, mais conhecido como Dr. Rodrigo ou simplesmente Rodrigo, dirigiu o SPHAN desde sua fundação até 1967, quando se aposentou e tornou-se membro do Conselho Consultivo do órgão até o seu falecimento. Pertencente a uma família de intelectuais, seu pai foi o primeiro biógrafo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Formado em Direito, exerceu também a profissão de jornalista e dirigiu jornais e revistas a exemplo da Revista do Brasil, importante instrumento de manifestação dos ideais modernistas. Ele mesmo um modernista, tendo inclusive participado de manifestações que se seguiram à Semana de 22, foi indicado por Mário de Andrade ao Ministro Capanema como o único capaz de realizar a tarefa de organizar o patrimônio nacional. Dedicado, teve seu nome transformado em expressão por Gilberto Freire, “rodrigismo”:

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Ninguém com mais nítida vocação para servir ao seu país sem servir-se dele. Ninguém mais escrupuloso no desempenho dos seus deveres. Há mesmo um rodrigismo semelhante ao já celebre caxiismo. Um rodrigismo de que Rodrigo vem sendo, nestes trinta anos, exemplo constante e vivo, sem pretensão alguma, de sua parte, de ser modelo ou padrão: a virtude irradia dele sem ele se aperceber de que é exemplarmente virtuoso. Virtuoso no melhor sentido da expressão. Virtuoso como pessoa. Virtuoso como diretor de serviço público. Virtuoso como brasileiro cuja vida tem sido toda de dedicação ao seu país. (FREYRE, 1969, p. 20)

Ao longo de trinta anos, organizou e articulou a defesa do patrimônio brasileiro promovendo (em conjunto com sua equipe técnica) não só os tombamentos de monumentos, mas também a construção de museus, a exemplo do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938); das Missões, em Santo Ângelo (1940); do Ouro, em Sabará (1945); do Diamante, em Diamantina (1954); da Abolição, em Recife (1957); o Regional de São João del Rei (1963) e outros, assim como a formação técnica para os membros do Instituto. Igualmente relevantes são as obras publicadas pelo SPHAN produzidas por Rodrigo, tais como: Rodrigo e seus tempos e Rodrigo e o SPHAN, além de A LIÇÃO de Rodrigo (livro editado em sua homenagem). Elas demonstram sua importância para a construção e a determinação do patrimônio histórico brasileiro e sua produção como diretor.

A Academia do SPHAN

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

“Academia do SPHAN” foi termo escolhido para denominar o trabalho desenvolvido pelo Instituto ao longo das duas primeiras décadas de sua existência e devido aos esforços do Dr. Rodrigo e de pessoas como Lúcio Costa^{ix}, entre outros, mas também ao trabalho coletivo promovido pelos diversos debates teóricos sobre a composição do patrimônio histórico-arquitetônico e à necessidade real e imediata da sua proteção e preservação. O termo culminou das pesquisas *in loco* bem como das visitas de estudo realizadas a diversos locais (monumentos isolados – edificações públicas, igrejas, casario colonial –, cidades e conjuntos históricos remanescentes do período colonial, e também as novidades implantadas pelos arquitetos modernistas em nosso país, a exemplo de Brasília).

Da mesma forma, o termo se deveu aos pareceres referendando os tombamentos e a necessidade de preservação de diversos patrimônios agora reconhecidos e elencados pelo próprio órgão como dignos de preservação. Disso surgiu um arcabouço teórico que serviria de material de pesquisa tanto para aqueles atos em si como para ações futuras. A “Academia do SPHAN” seria também um local de estudo, de formação de um quadro técnico, mas também teórico, de funcionários capacitados para gestão e guarda do patrimônio nacional. Esses fatores reunidos e direcionados a contento garantiriam a credibilidade do SPHAN na definição, proteção e preservação do que se passou a considerar patrimônio cultural brasileiro a partir do ano de 1937. Convém lembrar que,

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

por diversas alterações administrativas realizadas via decretos governamentais, o SPHAN teve tanto sua denominação quanto sua estrutura funcional alterada aos longos dos anos.

Tabela 01 - As diversas denominações do IPHAN ao longo da sua história:

Denominação	Sigla	Período
Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SPHAN	1936- 1945
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	DPHAN	1946- 1969
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN	1970- 1978
Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SPHAN	1979- 1984
Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Pró-Memória ^x	SPHAN/Pró-Memória	1985- 1989
Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural ^{xi}	IBPC	1990- 1991
Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural ^{xii}	IBPC	1992- 1993
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN	1994

A preservação do patrimônio cultural pelo IPHAN no RN

A atuação do IPHAN no Rio Grande do Norte e em outros estados brasileiros teve início logo após a sua criação, pois era preciso correr

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

contra o tempo e contra o descaso do poder público para catalogar, tombar e preservar o patrimônio histórico-cultural nacional. Ainda que aqui nossos patrimônios estivessem em avançado estado de destruição, a ação efetiva do Instituto só se faria notar em 1949, 12 anos após sua criação, expressando-se no tombamento do Forte dos Reis Magos que foi inscrito como bem histórico no Livro de Tombo Histórico (Livro Histórico) em 13 de maio daquele ano, cujo processo de tombamento foi o 0394-T-49.

Se demorou 12 anos para que o primeiro patrimônio fosse tombado no estado, as próximas ações de patrimonialização demorariam mais 13, sendo estas a proteção e preservação realizadas em 1962 pelo Instituto dos seguintes bens: 1) na cidade do Natal: uma série de imagens (13 no total) com a classificação de Bem Móvel ou Integrado, a exemplo das imagens de Nossa Senhora das Candeias (2 conjuntos), dos Santos Reis Magos (2), do Senhor Morto (2), de Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora da Conceição (2); 2) na cidade de Caicó: também com essa classificação, as Imagens de Santana e Nossa Senhora do Rosário; 3) na cidade de Arês: com a classificação de Infraestrutura ou Equipamento Urbano, o Portão do Cemitério de Arês, e, 4) na cidade de Touros: com a classificação de Bem Móvel ou Integrado, o Marco Quinhentista que originalmente se encontrava na Praia do Marco e era símbolo de devoção dos pescadores locais.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Logo após 1962, nos anos de 1963, 1964 e 1965 teríamos 9 tombamentos promovidos pelo IPHAN: 1) em Natal: na classificação Edificação, a Casa na Rua da Conceição, 601, atual Museu Café Filho (1963) e, também na classificação Edificação, o Palácio do Governo e a Praça Sete de Setembro (1965); 2) em Vila Flor: na classificação Edificações, as ruínas da Casa de Câmara e Cadeia, posteriormente restaurada (1964); 3) em Canguaretama: na classificação Ruína, as ruínas da capela do Engenho do Cunhaú (1964), posteriormente restaurada. Nessa localidade também se encontra tombado um conjunto de imagens sacras (16 unidades), na classificação Bem Móvel ou Integrado, as imagens representando a morte de Nossa Senhora da Boa Morte conservadas na Capela de São José (1964); 4) em Acari: com as classificações de Edificação e Edificação e Acervo, a Casa de Câmara e Cadeia (atualmente Museu Histórico) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, respectivamente (1964); 5) em São Gonçalo do Amarante: com a classificação Edificação e Acervo, a Igreja de São Gonçalo (1964), e, 6) em São José de Mipibu: na classificação de Bem Móvel ou Integrado, as imagens (num total de 8) de Nossa Senhora das Dores, de São Pedro, de Santana Mestra, de São Joaquim, de Nossa Senhora da Conceição, de Jesus Ressuscitado, de Nossa Senhora do Rosário com Menino Jesus e de São Sebastião e lavabo (1964).

Esses tombamentos realizados na década de 1960 foram todos baseados nas pesquisas do potiguar Oswaldo Câmara de Souza.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Gostaríamos de traçar seu perfil intelectual e de apresentar seu papel de pesquisador sobre patrimônio não somente no Rio Grande do Norte, mas também em outros momentos de sua carreira e mostrar o seu papel de gestor do patrimônio com vistas a sua proteção e preservação pelo IPHAN. Faremos isso principalmente por meio de sua obra intitulada “Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte”, publicada pela primeira vez em 1981^{xiii} pela Fundação José Augusto.

Oswaldo Câmara de Souza ou os muitos Drs. Rodrigo Melo Franco de Andrade

Oswaldo Câmara de Souza nasceu em 1904 na cidade do Natal, vindo a falecer na mesma cidade em 1995. Filho de família abastada, seu tio Antônio José de Melo e Souza (irmão de seu pai) foi Senador da República e duas vezes Governador do Estado, atuando posteriormente no governo estadual (como interventor substituto) no momento dos tenentes-interventores resultado da Revolução de 1930.

Oswaldo iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de Pernambuco, porém, após três anos de estudo, conseguiu transferência para o Rio de Janeiro e lá estudou sobre sua verdadeira paixão, a música, pois desde menino recebeu aulas de sua mãe e, mais tarde, teve aulas particulares para continuar desenvolvendo suas habilidades. Obteve o diploma na Escola Nacional de Música em 1932 e, logo depois da formatura, tornou-se professor de piano, carreira que desempenhou por

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

alguns anos, abandonando tal atividade para enveredar exclusivamente pela composição musical. Como compositor, alcançou a fama nacional e internacionalmente, convivendo, inclusive, com artistas como Chiquinha Gonzaga (ainda em atuação) e Ernesto Nazareth, os mais respeitados músicos populares da época.

Mesmo tendo uma sólida formação musical erudita, Oswaldo não abandonou o cancionário popular, influência que o acompanhava desde criança quando escutava os “causos”, as histórias populares e a música cantada pelo povo durante suas férias no Engenho Capió (de propriedade da família). Conforme se observa na citação a seguir: “suas canções são geralmente nascidas de três fontes: o próprio compositor, outros poetas ou adaptação de quadrinhas populares” (GALVÃO, 1988, p. 38). Ou ainda conforme:

As quadrinhas vindas da tradição oral merecem destaque particular. Foram ouvidas por Oswaldo de Souza em Natal e no interior do Rio Grande do Norte, cantadas ou recitadas por familiares, velhas mucamas, cantadores sertanejos. Outras foram colhidas de publicações ou em cordéis, comuns no interior nordestino. A inspiração nordestina configura a influência telúrica presente em seu trabalho, o alvo de suas composições. Nota-se claramente a vinculação ao ambiente geográfico de sua infância e adolescência.^{xiv}

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Não abandonar essa influência o fez desenvolver pesquisas relacionadas às tradições musicais e ao folclore brasileiros em busca de material como músicas, modinhas, casos, poemas, danças populares, entre outros. Assim, Oswaldo viajou pelo interior dos estados do Rio Grande do Norte, de São Paulo, de Minas Gerais e teve um encontro importante durante sua viagem ao interior da Bahia. Lá, encontrou Anísio Teixeira, então secretário de Educação e Saúde, que se entusiasmou ao conhecer o trabalho de Oswaldo e o convidou para repetir suas experiências em solo baiano, o que veio a fazer no segundo semestre de 1948. Diferentemente das empreitadas anteriores, no entanto, dessa vez Oswaldo seria financiado pelo governo da Bahia.

A cidade escolhida para iniciar os trabalhos de coleta foi Bom Jesus da Lapa (cidade localizada no sertão baiano e com rica produção do folclore local). A chegada a cidade tem como data a mesma do início das pesquisas: dois de agosto de 1949. A cidade já contava com festa tradicional do seu padroeiro e reunia romeiros vindos de diversos lugares do estado e de fora, sendo assim um ótimo lugar para recolher material referente à prática religiosa e à cultura popular. Após 90 dias de trabalho, chegou à cidade de Juazeiro, ponto final da sua viagem de pesquisa. Então, voltou à capital baiana e levou aproximadamente dez meses para colocar todo o material em ordem a fim de prestar contas com Anísio Teixeira. Depois, voltou para São Paulo.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Logo após essa atividade, uma nova surgiu, a qual proporcionou a Oswaldo seu primeiro contato direto com o patrimônio histórico e artístico. A tarefa consistia em gestar, como contratado pelo SPHAN, o Convento e a Igreja dos Jesuítas, na Villa Embu no Estado de São Paulo, trabalho que proporcionaria independência financeira a Oswaldo e uma nova profissão: administrador de patrimônio. Com a cabeça cheia de ideias, principalmente porque vinha de fora do cotidiano administrativo, ele logo dinamizaria as atividades do Convento e criaria um museu de arte sacra no local, o qual era composto de grande acervo de imagens. Após os processos de limpeza, restauração de algumas peças, catalogação e organização, o acervo foi exposto e tornou-se parte da exposição permanente do novo museu. Ainda em São Paulo, Oswaldo foi responsável por outros trabalhos de restauração como o da Fazenda Santo Antônio em São Roque.

Depois de quase três décadas longe do Rio Grande do Norte (mais de 28 anos), ele retornou para Natal. Posteriormente aos trabalhos realizados em São Paulo, Oswaldo foi indicado, em 1961, para inventariar e tomba o Patrimônio Histórico e Artístico do RN à frente do escritório da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

O trabalho de Oswaldo Câmara de Souza a frente do IPHAN no RN

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Quando do retorno de Oswaldo Câmara de Souza a Natal, o único exemplar tombado pelo IPHAN era o Forte dos Reis Magos. O Forte fora tombado pelo Processo 394-T-1949 e inscrito no Livro do Tombo Histórico com o número de inscrição nº 256 em 13/05/1949 devido a sua importância histórica no processo de ocupação do território potiguar entre o final século XVI e o início do século XVII. A fim de conter a degradação, o Forte foi restaurado entre 1953 e 1958 e ficou sob a gerência da Fundação José Augusto e do Governo do Estado do Rio Grande do Norte ao longo da década de 1960.

Uma das primeiras ações desenvolvidas pelo novo responsável foi providenciar ou, ao menos, negociar o traslado do Marco Histórico de Touros (chantado no Cabo de São Roque) para o Forte. Isso porque, entre a identificação e o traslado final, decorreram-se 9 anos. O processo foi delicado muito porque a população de Touros adorava o monumento e, por isso, era resistente à transferência para a capital. Paralelamente a isso, ainda havia muito o que fazer quanto ao patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Norte.

A pesquisa de Oswaldo de Souza baseou-se no levantamento de bens que se enquadrassem na definição vigente à época: *“bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”*.^{xv} Era preciso também correr contra o tempo e preservar aquilo

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

que estava sendo perdido para o tempo, o descaso, a falta de zelo, a falta de cuidado e, principalmente, a especulação imobiliária.

Quando aqui chegamos, no afã de evitar a perda dos poucos bens culturais do passado remanescentes, ainda nos lembramos do que alguém nos disse, referindo-se ao tombamento obtido para o Sobradinho, quase arruinado, da rua da Conceição, em Natal, restaurado em 1963 pelo Governo do Estado, sob assistência técnica do IPHAN. Dizia-nos essa pessoa que – “o melhor que se faria com aquele monstrengo (sic) era derrubá-lo, pela sua inutilidade”.^{xvi}

Ou ainda:

Ao darmos início ao trabalho de proteção às coisas de valor histórico e artístico do Rio Grande do Norte, não tínhamos lembrança da existência de qualquer tentativa séria, objetivando preservá-las. Havia, mesmo, quem achasse que os poucos bens que possuímos, postos em confronto com o que havia em outros Estados, eram insignificantes, tão pobres que nem mereciam a nossa atenção.^{xvii}

Do trabalho coordenado por Oswaldo Câmara surgiu uma série de propostas de preservação e tombamento (algumas aceitas imediatamente, outras apenas tempos depois), as quais relacionamos a seguir.

Museu do Sobradinho – Atual Museu Café Filho

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

O Sobradinho da Rua da Conceição (nº 6), também conhecido como Vêu de Noiva (devido ao formato de sua construção), é considerado o último remanescente da arquitetura civil colonial dentro da área definida e denominada de sítio histórico da cidade. Foi a primeira construção em dois andares (assobradada) da capital, cuja construção foi ordenada pelo Capitão-mor José Alexandre Gomes de Melo. A partir de 1920, abrigou a sede do Sindicato Geral dos Trabalhadores, do qual Café Filho, um de seus presidentes, viria a se tornar Presidente da República em 1954 após o suicídio de Getúlio Vargas.

Oswaldo de Souza optou por instalar nesse local o Museu do Sobradinho, promovendo a realização de exposições como a Exposição de Arte Sacra (a partir da coleção pessoal que havia montado quando ainda era diretor do Museu de Arte Sacra em Embu-SP e da sua ampliação com peças já adquiridas aqui no estado) e da Exposição de Rendas e Labirintos do Nordeste.

Igreja e Convento de Santo Antônio dos Militares – Igreja do Galo

A Igreja e o Convento de Santo Antônio dos Militares (comumente conhecida como Igreja do Galo por conta da estátua do galo que fica sobre a torre da igreja) foi considerado por Oswaldo de Souza, dentre os que existiam, o melhor dos templos católicos em terras potiguares. Afinal, nas palavras do conservador *“essa igreja apresenta uma certa harmonia*

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

de concepção, que muito a destaca entre os monumentos religiosos da capital".^{xviii}

Composto pela Igreja e pelo Convento, a construção foi concluída em 1799. Funcionou ali, por um bom tempo, o Colégio Diocesano Santo Antônio. Foi tombada pelo Governo do Estado por intermédio da Fundação José Augusto mediante Portaria nº. 110/1983 da SEC/GS – D.O.E. de 29/04/1983. O tombamento pelo IPHAN só correu com a Portaria nº 72/2014 em decorrência da delimitação e tombamento do Centro Histórico da cidade. Atualmente, além do convento e da igreja, também compõe o conjunto o Museu de Arte Sacra (gerido pela Fundação José Augusto).

Pinacoteca Potiguar – Antigo Palácio Potengi

A construção do prédio iniciou-se em 1866 e foi concluída em 1873. Imóvel cuja finalidade na época era servir de sede para o Governo do Estado e que também abrigou a Assembleia Legislativa e a Tesouraria Provincial, continua sendo considerado a maior expressão da arquitetura neoclássica na capital potiguar. Além dos aspectos históricos e de sua importância cultural, a presença da arquitetura neoclássica foi um dos principais motivos pelo qual ocorreu o tombamento por meio do Processo 758-T-1963, inscrito no Livro do Tombo Histórico sob o número de inscrição 383 em 11/06/1965.

O trabalho realizado por Oswaldo de Souza foi fundamental para convencer o Instituto quanto ao tombamento, já que a preservação de

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

exemplares neoclássicos não era prática comum, a julgar que a maioria pesava sobre os exemplares barrocos e modernos. Com a construção do Centro Administrativo Estadual e a transferência da Governadoria para esse local, o prédio passou a abrigar as obras de artes pertencentes ao estado e se transformou na Pinacoteca estadual.

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação se manteve como catedral até o final do ano de 1988 quando do término e da inauguração da nova catedral. Construída em fins do século XVII, sua parte central foi concluída em 1694. Sofreu diversas reformas, o que fez com que perdesse grande parte de suas características coloniais. Em 1862 foi erguida sua única torre. Segundo as palavras do próprio Oswaldo de Souza “*é desnecessário acrescentar que a Matriz de Natal, de hoje, é uma realização arquitetônica pouco feliz*”.^{xix}

Tombada inicialmente pela Fundação José Augusto em 30/07/1992, foi efetivamente tombada pelo IPHAN por meio da Portaria nº 72/2014 que promovia a preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal com a delimitação e o tombamento do Centro Histórico da cidade.

“Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte”: o livro

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

O livro de Oswaldo de Souza foi publicado em 1981 pela Fundação José Augusto. Com um total de 426 páginas divididas entre textos e diversas imagens (fotografias) ilustrando os inúmeros patrimônios existentes no Rio Grande do Norte, ele foi fruto do levantamento feito pelo autor em suas visitas de campo. Dedicado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, a quem o autor atribuiu uma grande dívida do Brasil, Oswaldo de Souza dimensionou também a dívida que o país tem com o IPHAN devido à preocupação com a história e com os monumentos brasileiros:

Tivemos dúvidas e hesitações antes de decidirmos divulgar o presente trabalho, mas por fim, venceu, em nós, o imperativo da justiça que nos forçou mostrar, nestes breves registros, aspectos diversos do patrimônio histórico e artístico do Estado do Rio Grande do Norte, que estava em risco de se perder, totalmente, se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) não chegasse a tempo de protegê-lo convenientemente. Mais eloquente do que as palavras, aí estão as fotos, pelas quais podemos melhor ajuizar do abandono a que estava relegado o nosso acervo artístico cultural.^{xx}

A apresentação da obra foi feita pelo próprio autor. Composta por 8 partes, ela se inicia com o levantamento de informações sobre os bens patrimoniais mais antigos do estado, a saber: o Marco de Touros (em que condições estava, onde se encontrava, para onde foi levado); o Forte dos Reis Magos (descrição, estado de conservação e história), e, o Fortim de

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

São José de Genipabu (texto curto, informando a existência apenas de alicerces dessa antiga fortificação). Seguem-se a essa parte: Arquitetura/Arquitetura Religiosa/Perfil do Material Iconográfico do Rio Grande do Norte/Imagens Religiosas da Igreja de São José de Mipibu/Outras Imagens/Oratórios/Jazidas Arqueológicas. Esse material é composto cada um por diversos bens descritos a partir de levantamento e catalogação feitos por Oswaldo de Souza, dos quais decorreram os diversos tombamentos realizados pelo IPHAN.

O IPHAN no Rio Grande do Norte na atualidade

O IPHAN no Rio Grande do Norte até 2009 funcionava na forma de Escritório Técnico subordinado ao Escritório do Ceará, prática adotada desde 1960 e que por vezes prejudicava a agilidade da preservação patrimonial. O Escritório e, posteriormente, a Superintendência Regional funcionaram por muito tempo na Rua da Conceição, ao lado do Museu Café Filho, em uma edificação datada do século XVII, e foi transferido em 5 de setembro de 2012 para a Avenida Duque de Caxias, 158, Ribeira, conhecida como Palacete de Fortunato Aranha. Lá funcionou, após reforma e restauração, o Escritório Técnico, a Casa do Patrimônio, o Comitê Gestor e a Câmara Técnica, partes da Superintendência, conforme as imagens abaixo.



Cadern
DOI: [htt](http://www.iphan.gov.br)

o. 155-195, jan./
26



[lex.php/tempo](http://www.iphan.gov.br/lex.php/tempo)

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Figura 06 – Antiga Sede do IPHAN na Rua da Conceição – Cidade Alta – Ao lado do Museu Café Filho

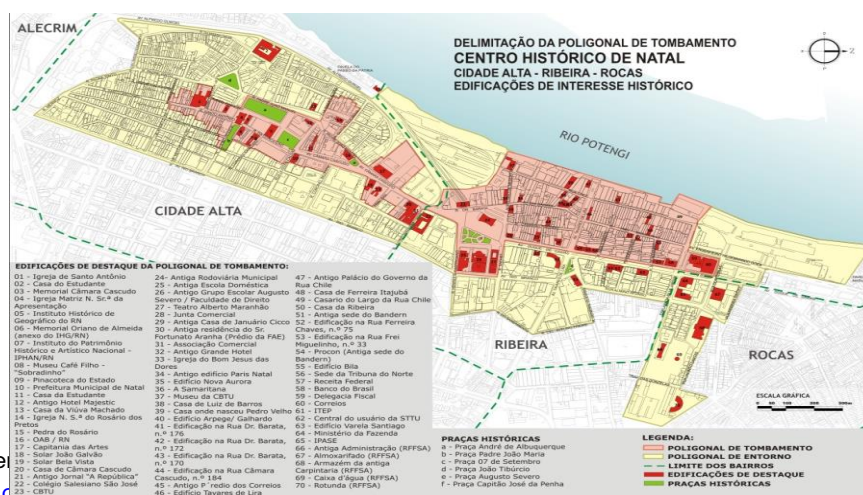
Fonte: Acervo Pessoal do Autor

Figura 07 – Atual Sede do IPHAN na A. Duque de Caxias – Ribeira – Palacete Fortunato Aranha

Fonte: Acervo Pessoal do Autor

Após os tombamentos realizados na década de 1960, estes só seriam retomados pelo IPHAN em 2010 por meio da classificação e do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal – o Centro Histórico da cidade do Natal.^{xxi} Gostaríamos de elencar duas ações consideradas relevantes não só para a preservação dos patrimônios acutelados, mas também pelo que essas ações representam para o turismo na capital e no estado.

A primeira é o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade, cujo processo iniciou-se em 2010 e foi concluído em 2014.



O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Figura 08 – Mapa de Delimitação do Centro Histórico de Natal
Fonte: Acervo do IPHAN

A citação abaixo informa os motivos e a importância do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do sítio histórico da cidade, os quais possibilitaram a delimitação e a preservação mediante tombamento pelo Instituto.

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, foi tombado pelo Iphan, em 2010, e engloba a Cidade Alta e parte do Bairro da Ribeira. Destaca-se, no conjunto, a importância histórica e paisagística do rio Potengi, para a cidade, e o fato de que ele ainda representa importante papel no transporte de mercadorias e pessoas. O conjunto, emoldurado pelo rio, compõe uma paisagem de grande importância para a memória potiguar, onde estão instalados a maior parte dos espaços culturais da cidade.^{xxii}

A segunda ação tratou da realização do Inventário Cultural do Seridó Potiguar e resultou no registro da Festa de Santana de Caicó no Livro de Registro das Celebrações em 2010 como patrimônio cultural imaterial brasileiro.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE



Figura 09 – Comemoração da Festa de Santana de Caicó
Fonte: Blog Glucia Lima



Figura 10 – Imagem de Santana – Padroeira de Caicó – Pronta para a procissão da Festa.
Fonte: Jornal Tribuna do Norte

Também no site do IPHAN é possível encontrar, conforme citação a seguir, os motivos que levaram à aprovação do registro da festa.

A Festa de Sant'Ana de Caicó é uma celebração tradicional que ocorre há mais de 260 anos e reúne diversos rituais religiosos, profanos e outras manifestações culturais da região do Seridó norte-rio-grandense. Além de uma celebração representativa para este município, ela permite também vislumbrar a diversidade das manifestações culturais e possibilita a compreensão abrangente do Seridó potiguar. [...] Profundamente enraizada na história de Caicó, em particular, e do sertão potiguar, em geral, a Festa remonta aos processos de formação da sociedade brasileira, ainda, no período da colonização portuguesa.^{xxiii}

Essas duas ações assumem grande significado não somente devido ao reconhecimento da importância da delimitação e da preservação do Centro Histórico da capital potiguar e do registro de uma manifestação

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

cultural tão tradicional em nosso estado (e a consequente definição desta como patrimônio cultural imaterial brasileiro, símbolo de identidade, da religiosidade e da memória daquele lugar), mas principalmente devido à possibilidade de apropriação de forma correta e planejada (quando se trata do Centro Histórico, por exemplo) desse espaços para a promoção do desenvolvimento local sustentável. Uma forma possível de apropriação desse espaço ou mesmo da manifestação ocorre por meio do turismo cultural. Entendemos essa prática como sendo:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.^{xxiv}

Diante disso, a prática do turismo cultural tem no patrimônio cultural e nos eventos culturais os seus principais elementos constituintes e utilizáveis para promover o desenvolvimento das localidades onde estes estão inseridos (patrimônios) ou onde possam vir a ocorrer (eventos). A possibilidade de utilização de diversos elementos, dentre eles, os museus, os monumentos, os centros culturais, os centros históricos ou as várias manifestações culturais existentes em um determinado lugar, seja de forma individualizada ou em forma de roteiros turísticos-culturais pode promover não somente a geração de emprego e renda, como também a possibilidade de conservação e preservação patrimonial. Afinal, coadunar

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

essas diversas possibilidades é garantir também o direito de acesso ao patrimônio cultural da cidade a todos os cidadãos que nela residem ou trabalham, bem como ao turista que visita e quer saber, conhecer mais sobre o lugar (em seus mais diversos aspectos).

Considerações Finais:

Para concluir, queremos tecer alguns comentários sobre temas abordados ao longo deste artigo. Estes consistem em: a) retomar e comentar sobre a atuação do IPHAN em relação ao patrimônio cultural, tanto na sua perspectiva material, quanto em sua perspectiva imaterial no Rio Grande do Norte e na capital potiguar, e, a partir dessa relação, tecer comentários sobre a possibilidade de apropriação, de forma planejada, do patrimônio cultural individualmente ou em conjunto via roteiros turísticos-culturais, e, b) retomar e comentar sobre a atuação de Oswaldo Câmara de Souza à frente do Escritório do IPHAN no RN.

As ações do IPHAN a nível regional, de uma forma geral, têm-se mostrado, mesmo com as limitações impostas não só ao Instituto como a outros órgãos responsáveis pelas questões culturais no Brasil, condizentes com a política desenvolvida a nível nacional. Primeiramente, se levarmos em consideração o momento de sua fundação e as décadas seguintes, a instituição sempre esteve atenta à preservação do patrimônio cultural material, inclusive sendo esses os bens preservados no trabalho desenvolvido pelo Oswaldo de Souza, e mais recentemente, o surgimento

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

das preocupações com o patrimônio cultural imaterial a exemplo do registro da Festa de Sant'Ana de Caicó.

Essas ações, mesmo que consideradas poucas por muitos, ainda garantem a preservação de uma memória histórica baseada em antigos exemplares de momentos do passado e de formas de construir. Por mais que, na cidade do Natal, o maior e mais explorado segmento turístico seja o de Sol e Mar, esses antigos exemplares arquitetônicos e monumentais têm sido incorporados aos roteiros turísticos realizados na cidade mediante Turismo Cultural. Ademais, muito ainda pode ser feito no sentido de promover o acesso e a geração de emprego e renda, impulsionando o desenvolvimento local e sustentável e a preservação patrimonial.

Para além desses exemplares, encontramos um patrimônio cultural imaterial que não se limita à preservação da Festa de Sant'Ana de Caicó, mas que, hoje, por ação do Instituto, já incorporou outras manifestações que ocorrem de forma concomitante em diversos estados nordestinos ou mesmo nacionalmente como por exemplo: a Literatura de Cordel; o Teatro de Bonecos Popular do Nordeste: Mamulengo, Babau, João Redondo (como é mais conhecido no RN) e Cassimiro Coco, Caboclinho, o Repente e as Matrizes Tradicionais do Forró (como expressões existentes pelo Nordeste brasileiro), e o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira (como expressões existentes nacionalmente e ocorrem também aqui no RN). Manifestações que podem ser apreciadas individualmente ou vir a compor roteiros próprios.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

Em relação ao papel desempenhado pelo Oswaldo Câmara podemos afirmar que se, por um lado, o trabalho que desenvolvia no Instituto terminou sendo um limitador de tempo, sobrando pouco ou quase nenhum tempo para a música, o resultado deste em termos de ganhos para o patrimônio cultural potiguar foi muito importante. As pesquisas realizadas, as ações de fiscalização e de negociação para a manutenção e conservação do patrimônio, as atividades de campo com vistas à promoção da definição e posterior preservação desse patrimônio nos deixou como legado muito do que temos preservado pelo IPHAN no estado hoje, principalmente em se tratando dos exemplares arquitetônicos, de diversos exemplares de objetos de arte sacra tombados e protegidos ao longo dos seus serviços prestados. Exemplares como: Museu do Sobradinho – Atual Museu Café Filho; Igreja e Convento de Santo Antônio dos Militares – Igreja do Galo; Pinacoteca Potiguar – Antigo Palácio Potengi; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, localizados na capital potiguar e já citados no texto.

Além disso, gostaríamos de elencar uma série de outros exemplares localizados no interior do estado, por exemplo: a Mansão do “Ferreiro Torto” (Macaíba), a Casa da Câmara e Cadeia de Vila Flor (hoje Canguaretama), a Mansão do Barão de Ceará-mirim (Ceará-mirim), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Acari (Acari), o Frontispício do Cemitério de Arez (Arez), assim como uma série de imagens sacras tombadas (ou ao menos catalogadas): Nossa Senhora das Candeias e um conjunto escultórico

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

representando a Morte de Nossa Senhora (Canguaretama), Reis Magos (Arês), a Madona das Dores (São José de Mipibu), componentes de uma lista de pelo menos 43 imagens, assim como uma série de jazidas arqueológicas.

Em termos de reconhecimento pelo seu trabalho, além das distinções de honra ao mérito recebidas, Oswaldo também se tornou sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ocupou a cadeira de nº 25 da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras por conta das suas pesquisas relacionadas à música e às manifestações culturais em diversos estados, foi nomeado para Sociedade Brasileira de Folclore, além de ter sido nomeado componente do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Norte e também ter sido diretor do Museu de História da Fundação José Augusto. Por fim, ao se aposentar, no ano de 1974, pode novamente se dedicar a sua primeira paixão, a música.

Notas

ⁱ Essa prática foi adotada pelo Instituto a fim de agilizar os processos de fiscalização e de tomada de decisão e facilitar o funcionamento do órgão.

ⁱⁱ Celso Monteiro Furtado (1920-2004) foi um dos principais intelectuais brasileiros e economista, escritor, professor de Economia em universidades brasileiras e internacionais. Em 1988 foi designado Ministro da Cultura do Governo José Sarney e, talvez por ser paraibano, tenha possibilitado a realização do convênio que possibilitou não só a formação de vários artesãos, como também propiciou a restauração e a conservação de muitos exemplares do patrimônio histórico e arquitetônicos existentes na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

ⁱⁱⁱ Em 2019, por conta das nomeações para as direções das superintendências regionais do IPHAN, uma série de reportagens em diversos jornais (impressos e *on-line*) denunciaram a escolha de pessoas sem perfis técnicos para o exercício dos cargos a exemplo de: Jornal Estado de Minas (30/09/2013); Gazeta do Povo (23/09/2019); Jornal GGN (30/09/2019); Jornal do Brasil (21/10/2019) entre outras.

^{iv} Gustavo Capanema foi o Ministro da Educação de Vargas de 1934 a 1945. Homem culto, gozava de enorme privilégio junto a Getúlio. Sob sua batuta, foi instituída toda a política de preservação de patrimônio no país.

^v Data dessa época o início da construção da nova sede do Ministério da Educação e Saúde (MES). Projeto coordenado por Lúcio Costa, com a participação de outros arquitetos modernos, tendo a aprovação do próprio Le Corbusier – expoente máximo do modernismo no mundo –, é considerado o marco inicial da arquitetura moderna no Brasil e, acima de tudo, um espelho para as cidades do mundo todo, principalmente as que deveriam ser reconstruídas no pós-guerra. Desempenha um papel importante na afirmação dos modernos e, logo de início, é a este consagrado característica e *status* de monumento. Transformou-se, sua construção, em questão de honra para o ministro.

^{vi} Ante-Projeto de Mário Andrade elaborado a pedido do Ministro Gustavo Capanema, in: CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na Repartição**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Minc – IPHAN, 2000 – p. 37-52.

^{vii} Cf. CAVALCANTI Op. cit. p. 37-52, grifos nossos.

^{viii} Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937 in: Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória, p. 111-119.

^{ix} Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima Costa (1902-1998) foi um arquiteto moderno, urbanista e professor de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, conhecido internacionalmente pelo projeto do Plano Piloto de Brasília. Foi um dos revolucionadores da arquitetura brasileira e mundial.

^x Com a criação do Ministério da Cultura (MinC), ocorreu a integração do SPHAN/Pró-Memória.

^{xi} Transformação do SPHAN/Pró-Memória no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), autarquia vinculada diretamente à Secretaria da Presidência da República (Decreto n.º 99.492).

^{xii} Voltou a fazer parte da estrutura do MinC.

^{xiii} O presente artigo utiliza a republicação da obra feita pela EDUFRN no ano de 2018.

^{xiv} GALVÃO, 1988, p. 54

^{xv} BRASIL, 1937

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

- ^{xvi} SOUZA, 1981, p. 11
^{xvii} SOUZA, 1981, p. 11
^{xviii} SOUZA, 1981, p. 163, grifos nossos
^{xix} SOUZA, 1981, p. 163, grifos no original
^{xx} SOUZA, 1981, p. 9
^{xxi} Portaria nº 72/2014
^{xxii} IPHAN, 2010
^{xxiii} IPHAN, 2010
^{xxiv} BRASIL, 2010, p. 15

Referências Bibliográficas:

BRASIL/IPHAN. Portaria MinC nº 72, de 16 de julho de 2014. Homologa o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Brasília/DF: IPHAN, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937 in: Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória, p. 111-119.

FREYRE, Gilberto. Mestre Rodrigo. In: A Lição de Rodrigo. Recife, Amigos do IPHAN, 1969.

CASTRO, John Kennedy Pereira de. Oswaldo de Souza [manuscrito]: uma abordagem semiológica musical de suas canções à performance da canção de câmara brasileira. 2017. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Música.

O PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVADO PELO IPHAN NO RIO GRANDE DO NORTE E O
PAPEL DE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA
OLIVEIRA, A. F.B. DE

CAVALCANTI, Lauro (org.). Modernistas na Repartição. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Minc – IPHAN, 2000 – p. 37-52

FREYRE, Gilberto. Mestre Rodrigo. In: A Lição de Rodrigo. Recife, Amigos do DPHAN, 1969.

GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. Oswaldo de Souza: o canto do nordeste. Rio de Janeiro – RJ: FUNARTE, 1988.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Memória, História e Patrimônio Histórico. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal-RN. 2015. 219 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Oswaldo Câmara de. Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 2018.